



## Ser mulher: produções subjetivas no Serviço de Proteção Integral à Família

Be Woman: subjective productions in the Serviço de Proteção Integral à Família

*Júlia Arruda da Fonseca Palmiere*<sup>1</sup>  
*Camilla Fernandes Marques*<sup>2</sup>

### RESUMO

Este texto parte de uma perspectiva da Psicologia Social e da Saúde para discutir uma experiência de planejamento e desenvolvimento de oficinas voltadas às mulheres no âmbito do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família na proteção socioassistencial básica, em Campo Grande\MS. As oficinas tiveram por objetivo funcionar como espaço coletivo de produção de pensamentos, relações e afetações diversas entre mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher. Psicologia. Gênero. Oficia.

### ABSTRACT

This text is based on a perspective of Social and Health Psychology, to discuss an experience of planning and developing workshops aimed at women in the scope of the Protection and Integral Attention to the Family service in the basic social protection in Campo Grande\MS. The purpose of the workshops was create a collective space for the production of thoughts, relationships and affections among different women.

**KEYWORDS:** Woman. Psychology. Gender. Workshop.

\* \* \*

### Introdução

Este texto discute uma experiência de Estágio Específico da graduação em Psicologia, no campo das políticas socioassistenciais, com o público feminino. Esta experiência se refere a oficinas do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), realizadas com mulheres do território de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social

---

<sup>1</sup> Psicóloga e mestranda em Psicologia, com ênfase em Saúde, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: [juliapalmiere@hotmail.com](mailto:juliapalmiere@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora e mestre em Psicologia, com ênfase em Saúde, pela UCDB. E-mail: [camilla\\_fmt@hotmail.com](mailto:camilla_fmt@hotmail.com)

(CRAS) - Vila Nasser, em Campo Grande\MS. As oficinas tiveram por objetivo funcionar como espaço coletivo de produção de pensamentos, relações e afetações diversas entre mulheres, pois, considera-se a dimensão micropolítica das transformações sociais, que podem se gestar em espaços grupais afetivos. As oficinas se apoiaram em uma perspectiva Institucionalista (BAREMBLITT, 2002) de grupos e em discussões de Deleuze (2013; 2002) sobre processos de subjetivação. Deste modo, as ações psicológicas direcionadas ao público feminino buscaram afirmar sua imanência com a ética e a política no que se refere às relações de gênero na contemporaneidade.

Na atualidade, com movimentações sociais heterogêneas, as relações de gênero têm se desestabilizado e novos modos de objetivação da mulher emergem. Com isto, desafios perpassam a condição feminina, marcados pela sobrecarga de funções na dimensão familiar e laboral, sobretudo em sociedades atravessadas por lógicas patriarcais e subalternização da figura feminina. Este cenário exige da proteção socioassistencial uma postura reflexiva acerca do modo como as políticas públicas podem ser operacionalizadas nos territórios, considerando formas de fortalecer as mulheres enquanto categoria política, potencializando suas estratégias de relação com a vida e com processos de subalternização cotidianos.

A proposta deste texto surge a partir da experiência de implementação e desenvolvimento das oficinas no PAIF, com a intenção de pensar e discutir formas possíveis de atuação da Psicologia, enquanto ciência e profissão, com mulheres no campo da proteção socioassistencial básica. Formas que vislumbrem fortalecer autonomia, cuidado, afeto e trocas. Ressalta-se que as discussões propostas não interessam apenas à Psicologia, mas aos diferentes campos de saber que se comprometem com a composição de relações igualitárias e potentes, sobretudo no que se refere à posição da mulher no presente.

Nas oficinas do PAIF, criou-se um espaço coletivo feminino de discussão sobre temáticas que atravessam seu dia-a-dia, como violência de gênero,

direito das mulheres e processos sociais de exclusão, objetivando criar redes de apoio e incitar novas conexões com o mundo, para além da vida doméstica, a qual muitas mulheres daquele território se restringem. Para pensar sobre ações para mulheres no âmbito do CRAS, as análises partem de uma perspectiva pós-estruturalista da Psicologia Social e da Saúde. Foram percorridos materiais documentais e políticas públicas sobre a temática, como a Política Nacional de Assistência Social; Política Municipal de Assistência Social, de Campo Grande e; Lei nº 12. 435, de 2011, que dispõe que a organização a Assistência Social, entre outros. As análises se apoiaram em ferramentas conceituais de Michel Foucault, como governamentalidade, biopolítica, verdade e poder, assim, considera-se o modo como estes elementos discursivos produzem planos de visibilidade e dizibilidades (FOUCAULT, 2002), que operam na gestão de formas de viver.

A partir disto, foi possível pensar sobre estratégias biopolíticas de investimento no corpo no campo das políticas socioassistenciais, bem como pensar a intervenção realizada neste campo, que se orientou pela perspectiva da promoção de autonomia e participação social. Discutir sobre ações socioassistenciais voltadas às mulheres faz parte do compromisso ético-político da Psicologia com a redução de violências de gênero, subalternização da mulher na sociedade e estigmatização do gênero feminino. Portanto, aposta-se no comprometimento das ações psicológicas com práticas capazes de potencializar aquilo que os coletivos desejam, fortalecendo lutas micropolíticas e localizadas com o poder.

### **Pensando o campo de ação: política socioassistencial e gênero feminino**

As oficinas com mulheres do território de abrangência do CRAS – Vila Nasser tiveram como solo a proteção social básica, eixo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo a construção é fruto de um conjunto de modificações e rupturas no campo da Assistência Social. Estas modificações se deram mediante a introdução de matrizes conceituais novas no interior de um projeto político de Assistência Social. Projeto que objetiva inscrever nos

serviços socioassistenciais lógicas de cidadania, acesso, democracia, participação popular, diversidade loco regionais, o que permite desenvolver ações que performam o sujeito enquanto cidadão de direitos, diferindo daquilo que vinha orientando os serviços tradicionalmente, sob uma lógica de assistencialismo, paternalismo e benesse social, que estabeleciam com o usuário uma relação de subalternização e tutela. Com isto, a partir da implementação da Política Nacional de Assistência Social, de 2004 e, com a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social, em 2005, a Assistência Social experimenta um período de transformações em sua lógica de cuidado e proteção social, o que implica reformulações nas lógicas de assistir os coletivos e os territórios. Assim, as intervenções desenvolvidas em 2018 se deram na intensidade da construção permanente de uma política pública.

O foco da Assistência está no enfrentamento à pobreza e promoção de proteção social básica (BRASIL, 2004). Neste sentido, a PNAS, enquanto política de proteção social, propõe assegurar os sujeitos através da garantia de: sobrevivência, da renda e autonomia; acolhida, mediante satisfação das necessidades humanas básicas, e; de vivência familiar ou convívio. "A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio" (BRASIL, 2004, p. 32). O CRAS é o equipamento para efetivar a proteção social a ser garantida pelo SUAS, com objetivo de fortalecer vínculos comunitários, familiares, afetivos, inserir sujeitos em redes de apoio e proteção.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (BRASIL, 2004. p. 35).

Seus serviços têm caráter protetivo, preventivo e proativo. Devem se orientar a partir do reconhecimento do território no qual as famílias adstritas no CRAS se inserem, considerando suas necessidades, problemáticas, vulnerabilidades, potencialidades, bem como ofertas pré-existentes no

território e demais elementos da rede de apoio social, tanto da área socioassistencial, quanto da Saúde, Educação, entre outras.

O município de Campo Grande, no qual o período de trabalho se deu, é investido por uma rede de Proteção Social Básica composta por 19 CRAS e serviços como Centro de Convivência de Idosos, Centros Públicos de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CEPACA), Unidades Descentralizadas de Assistência Social (UNIDAS) e outros projetos conveniados (CAMPO GRANDE, 2012). Os CRAS são distribuídos entre as sete regiões, nas quais o município se divide. O CRAS Vila Nasser, em que as oficinas foram desenvolvidas, está localizado na região do Segredo, área vulnerável do município, que abrange cerca de 30 bairros, incluindo uma área loteada em 2016, a partir da chegada de famílias advindas da favela Cidade de Deus, que foram inseridas em ações governamentais voltadas à habitação. Assim, a população adstrita é marcada por vulnerabilidade socioeconômica e de acesso à bens materiais, direitos sociais, segurança e saúde.

Para pensar sobre as intervenções realizadas é importante se atentar ao que trazem as políticas públicas, que são tomadas como referência para atuação da Psicologia nestes espaços. Os CRAS têm como eixo a matricialidade sócio familiar e a territorialização (BRASIL, 2009). A primeira diz respeito à centralidade familiar como foco das ações a serem desenvolvidas e a segunda à centralidade do território como alvo das ações e elemento mediante o qual as ações devem se desdobrar. A existência do CRAS está condicionada ao Programa de Proteção Integral à Família (PAIF), deste modo, as ações desenvolvidas no território têm como foco de investimento o núcleo familiar, enquanto estrutura de organização e funcionamento da vida em sociedade.

A família é performada nas Políticas de Assistência como "substrato da identidade social" (CAMPO GRANDE, 2012), "base fundamental", (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015), "núcleo social básico" (BRASIL, 2004). A família, enquanto uma estrutura ontológica, se tornou lócus privilegiado de investimentos governamentais e biopolíticos, sobretudo a partir dos séculos

XVIII e XIX, como discute Michel Foucault (2008) sobre sua posição estratégica de controle dos corpos e da população no período de expansão dos Estados Modernos, quando ela se torna um dispositivo nuclear da gestão estatal. Em seu texto "A Política de Saúde no Século XVIII" (1979), o autor aborda os modos através dos quais a infância se torna alvo de investimentos a partir da preocupação com as condições físicas, econômicas e de sobrevivência delas até a idade adulta, considerando que a produção de adultos ajustados às lógicas econômicas e sociais vigentes passa a fazer parte de um modo de gestão da existência.

Nessa esteira, a família nuclear, fundada na diferença sexual e composta por pai e mãe passa a ser codificada por novas regras em função do modo como as relações se dão no âmbito familiar. Higiene, proximidade, amamentação, vestuário, exercícios, compõem uma teia de cuidados e preocupações com o corpo e a vida, que se tornam centrais às Políticas de Saúde e investimentos governamentais. É possível pensar, então, a família como um dispositivo, a partir da noção foucaultiana, entendendo-o como um conjunto de elementos discursivos e práticos que mobilizam e se relacionam com o poder. Nas palavras do autor dispositivo seria:

Em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (...) um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (...). (FOUCAULT, 2002, p. 244-245).

Assim, a família pode ser pensada enquanto aquilo que mobiliza e faz funcionar uma maquinaria de relações em sociedade. Faz-se funcionar programas, estratégias e investimentos governamentais em torno de seu núcleo. Os regimes de verificação que a englobam a tem enquanto uma estrutura universal e dada a priori, ainda que passe por mudanças em termos de critérios para que um grupo de humanos seja considerado família, mas se mantém enquanto estrutura ontológica. Ela faz funcionar uma série de ações no CRAS. Portanto, o local em que as ações psicológicas foram desenvolvidas

deve ter como alvo das ações a família. Atualmente, a família é lócus de investimento de alguns programas e estratégias governamentais em âmbito nacional, como a Estratégia de Saúde da Família, implementada no final da década de 90 pelo Sistema Único de Saúde, organizando os serviços de Atenção Básica à Saúde em torno do núcleo familiar. Desta mesma forma, a Proteção Social Básica, através de equipamentos como o CRAS, investe na família com o PAIF. Este programa foi instituído e integrado como ação continuada da Assistência Social em 2004. Consiste na oferta de serviços e ações socioassistenciais às famílias em situação de vulnerabilidade social, operando com a lógica da prevenção, de violências e dos vínculos familiares. Essas estratégias governamentais funcionam como máquinas que se movimentam por normas, regulamentos, medidas administrativas e leis, produzindo modalidades de existência nos territórios, na medida em que os elementos discursivos e as práticas criam modos de objetivação e subjetivação (FOUCAULT, 2012; DELEUZE, 2013).

A mulher, enquanto categoria identitária, é lócus privilegiado das ações voltadas à família no PAIF. De certo modo, ela acaba funcionando como porta de entrada para a família, na esteira de certos modos de objetivação da figura feminina, o que produz subjetividades na mulher. Por subjetividade, entende-se certo modo de constituição do sujeito, que se dá a partir de elementos institucionais, maquínicos, sociais, políticos (DELEUZE; 2013; FOUCAULT, 2002). Durante os 07 meses de período de estágio, foi possível observar que no CRAS Vila Nasser, a maioria das ações desenvolvidas no PAIF e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) são direcionadas às mulheres, portanto, o público-alvo do CRAS é majoritariamente feminino. As atividades para este grupo consistiam em: grupo intergeracional, para mulheres de 20 a 59 anos, que conta com crochê e costura; grupo para idosas, que se divide entre: grupo Esperança e grupo Amizade, que também conta com atividades de crochê e costura; grupo para gestantes e, aula de pilates. Já para os homens, não há serviço específico. Os profissionais do local consideram importante o planejamento de atividades voltadas ao público masculino, porém, é de difícil a adesão deste público, que parece escapar à

algumas estratégias de regulação da vida. Isto pode ser pensado como tributário do modo como socialmente lhes é ofertado maior condição de negociação com o poder em nossa sociedade, atravessada pelo patriarcalismo.

Mas o foco, aqui, é pensar como essa configuração dos serviços afeta o público feminino. Sobre isto, diversos autores (CARTLOTO, MARIANO, 2008; DETONI; MACHADO; NARDI, 2017) discutem o alvo de investimento das políticas socioassistenciais na mulher-mãe, colocando o gênero feminino na posição de cuidadora da infância, responsável pelo cuidado doméstico com a família (filhos, marido) e com o lar. Desta forma, visualizam-se estratégias de regulação do corpo social através do corpo feminino, que funciona como porta de entrada aos serviços socioassistenciais. Com a emergência do capitalismo, transformações profundas acarretaram a inserção da mulher no mercado de trabalho, conquista importante, que amplia seu acesso aos espaços sociais. Com isto, o corpo da mulher passa a ser constituído subjetivamente a partir de outros atravessamentos políticos e econômicos, que criam condições para certas formas dela se relacionar no mundo. Assim, a figura feminina assume novos modos de existir, novos hábitos, valores, modelos e posturas (ROLNIK, 2014), junto aparecem modelos ideais a serem seguidos pela mulher. Estes modelos são expressos através de discursos heterogêneos que circulam no campo social, como nas políticas públicas, televisão e mídias sociais.

A centralidade da mulher nestas políticas públicas, ao mesmo tempo em que contribui para o reconhecimento de sua posição na gestão e organização familiar, auxiliando a fortalecer sua autonomia, sobretudo no que se refere à renda, também cria condições para sobrecargas e ampliação da desigualdade de gênero, uma vez que podem reforçar a imagem de mulher como cuidadora privilegiada da casa, da infância, da família, desresponsabilizando a figura masculina e intensificando a sobrerresponsabilização das mulheres. Enquanto agentes de promoção dos laços familiares e comunitários, a mulher fica encarregada da alimentação, escolarização e socialização dos filhos e crianças, sendo responsabilizadas por possíveis “fracassos” da família, assumindo os ônus do cuidado familiar. Isto



produz modos dela se relacionar com a vida em sua dimensão micropolítica, na relação com estes discursos e modos de objetivação que circulam no campo social. As políticas públicas não são objeto natural, mas certo modo de territorialização da série: Estado, direito, população, governo (BERNARDES; HILLSHEIM, 2012). Portanto, são maquinarias de produção de sujeitos, desejos e modalidades de existência, isto a partir de seus investimentos na vida. Na forma administrativa do Estado, as políticas públicas se tornam instrumentos de governamentalidade, a partir de racionalidades instituídas, que se tornam possíveis a partir de campos de saber. As políticas públicas, ao responsabilizarem a mulher pelo cuidado familiar, contribuem para impor sobrecarga ao corpo feminino, que assume novos papéis no campo social. Assim, é fundamental pensar como a Psicologia se insere nestas políticas, para considerar formas possíveis de atuação com as mulheres.

### **Psicologia e ações coletivas com mulheres: implicações éticas**

A Psicologia, enquanto ciência e área de conhecimento compõem as políticas socioassistenciais e nela desenvolve ações, atividades e práticas, que produzem efeitos nos coletivos, em termos de produção de vida, subjetivação, relações. Esta inserção nas políticas públicas impõe desafios à Psicologia, o que é tema de discussões de diversos autores (SCISLESKI; GONÇALVEZ; CRUZ, 2015; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010), que pensam acerca do compromisso ético-político das práticas psicológicas na vida dos diferentes sujeitos e coletivos. A Psicologia se inseriu no campo das políticas sociais no período de redemocratização do Brasil, sobretudo na área da Saúde, com a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e na Assistência, com a implementação do SUAS, que passaram a empregar grande parte dos profissionais psicólogos, exigindo formação e atuação comprometida com a lógica destes serviços.

É com a implementação do SUAS que a Psicologia passa definitivamente a fazer parte do campo das políticas públicas de Assistência Social. Historicamente, a inserção dos profissionais psicólogos nas políticas sociais foi marcada pela desprofissionalização, práticas eventuais,

inconsistentes e assistemáticas, que indicam fragilidade teórico-metodológica com o trabalho no campo social e dificuldade em inventar processos de trabalho que rompam com a hegemonia clínica individualista (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010; ROMAGNOLI, 2016). A Assistência Social ainda é considerada como "menor" pelos psicólogos, em relação à Saúde Mental, o que indica processos de enunciação da ciência psicóloga que operam em prol da interiorização e psicologização dos sujeitos, pautando-se em parâmetros de normalidade e anormalidade. O trabalho na Assistência Social exige outros moldes para a Psicologia, fora da forma do individualismo e de saberes científicos que reforçam lógicas despolitizadas. A dicotomia clínica versus política, discutida por Benevides (2005), ainda atravessa as práticas psicológicas em diversos contextos. Há um processo de despolitização das práticas psicológicas, acompanhada de discursos que tomam o sujeito como centro das análises, separando-o do que o circunda. Performa-se duas realidades, interna\externa, quando para alargar a compreensão sobre os sujeitos é importante considerar que são performados a partir dos diferentes lugares que ocupa, o pós-moderno\industrial\colonial, lugares que marcam certa composição do sujeito a partir de atravessamentos étnicos, raciais, de classe, de gênero, entre outros.

Esta concepção de humano - constituído por substâncias heterogêneas, implica considerá-lo em sua potência de criação de si e do mundo. Haveria uma forma-indivíduo que circunscreve o humano em contornos traçados pelos saberes científico e jogos sociopolíticos de poder. Isto não significa negligenciar a posição histórica e cultural na qual o sujeito se insere, mas objetiva descristalizar uma ideia de humano calcada no eurocentrismo e falocentrismo que o circunscreve em determinada forma-indivíduo sobre o qual recaem pretensões universais. Por isto, considerar o coletivo no qual ações irão se desdobrar, suas necessidades, problemáticas, modo de relação com desafios e sofrimentos cotidianos é uma exigência para o desenvolvimento de ações psicológicas no campo socioassistencial, sob o risco de caso não haver atenção com estas dimensões, desenvolver práticas deslocadas dos sujeitos aos quais se direcionam, tomando-os como a priori e

abstratos, sem conseguir produzir efeitos em seu modo de relação com o mundo. Assim, a Psicologia se situa em um plano de possíveis, de modo que pode, através de um exercício ético e estético de desterritorialização<sup>1</sup> no campo das políticas sociais, dispor de estratégias que não se voltem apenas às formas de governo dos corpos e condutas, mas de processos de invenção de vida, criação de territórios existenciais potentes.

Em face da sobrecarga da mulher na atualidade, a Psicologia pode se comprometer em criar espaços na proteção social básica para que mulheres pensem, no coletivo, estratégias para lidar com aquilo que atravessa seu cotidiano, contribuindo para a ampliação de autonomia e potencialização das formas de existir no mundo. Com isso, as oficinas desenvolvidas tiveram como objetivo alargar a existência de mulheres do território de abrangência do CRAS, criar redes de apoio, incitar novas relações, para além da vida doméstica. O que está em jogo, aqui, é o compromisso ético na construção de formas potentes de atuar com grupos identitários, como o das mulheres. Por ética, entende-se um *ethos*, certa relação do sujeito com as normas, de forma facultativa, considerando o modo como ações recaem sobre outras ações possíveis (FOUCAULT, 2012). Portanto, ainda que a vida seja integrada em técnicas heterogêneas de gestão e regulação, é importante considerar quais modalidades de relação são estabelecidas com estas normas e que estratégias de negociação com regimes de verificação sobre a mulher são possíveis. As mulheres podem negociar com as sobrecargas e cobranças que incidem sobre seus corpos e vidas.

Esta dimensão plástica da existência permite que os corpos variem sua capacidade de conexão e relação com o mundo, alargando sua potência. Por potência entende-se a capacidade do corpo em variar suas relações características, alargando possibilidades de afetar e ser afetado. O grau de potência de um corpo varia de acordo com as experimentações que se dão no encontro com elementos humanos e não-humanos, matérias, ideias e indivíduos, que produzem variações nos modos de ser, conforme explicam Deleuze (2002) e Teixeira (2005), em leitura da filosofia de Espinoza.

## **Desenvolvimento do grupo: metodologia de trabalho**

No território de abrangência no CRAS Vila Nasser foi possível identificar necessidades sociais e de saúde relacionadas a violência de gênero. Esta demanda foi identificada através de relatos de situações de violação de direitos, agressões físicas e sexuais, cujo o autor é do gênero masculino. Estes relatos foram ouvidos em escutas individuais no momento em que usuárias buscavam a Unidade, em visitas domiciliares realizadas às famílias acompanhadas pelo PAIF e, nos grupos que acontecem no CRAS (de gestantes, de idosas, do SCFV). Isto permite considerar que existe sofrimento no território relacionado as assimetrias de poder entre sujeitos objetivados como homens e mulheres, que implicam em processos de violência à mulher, o que as enfraquece enquanto categoria política, enraizando violências simbólicas, físicas e, fragilizando sua potência de criação de si e do mundo.

Nesta esteira, começamos a planejar ações no interior do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que traz como um de seus objetivos discutir sobre o direito das mulheres, considerando sua condição social e problemáticas de seu cotidiano, como feminização da pobreza, violência e sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades domésticas (BRASIL, 2008). A necessidade de trabalhos relacionados às questões de gênero é indicada em documentos das políticas socioassistenciais, sob o objetivo de "promover a reflexão sobre o isolamento social das mulheres, a feminização da pobreza, a violência contra mulheres, a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares, etc." (BRASIL, 2012, p. 31). Trabalhar questões de gênero na proteção social básica é importante na redução de iniquidades sociais e de gênero, sobretudo face aos novos desafios que se impõem na atualidade para a categoria feminina. Discutir sobre essas questões nos territórios se faz essencial na garantia de direitos e proteção social básica, portanto, ações que reforcem uma postura de não subalternidade da mulher fazem parte do compromisso social da Psicologia no CRAS e das diversas áreas de saber que atuam no campo das políticas públicas.

Portanto, foi proposto a implementação de oficinas no PAIF voltadas ao público feminino. Oficinas que funcionassem na lógica de acolhimento destas mulheres e coletivização do sofrimento, considerando que se há sofrimento, este sofrimento é tributário de agenciamentos sociais, políticos, econômicos (BARROS, 2013) e, portanto, podem ser pensados no coletivo com sujeitos que se afetam por este sofrimento de diferentes maneiras. Considerou-se que a luta por direitos sociais e políticos para a categoria feminina possui dimensão micropolítica, para além dos processos macropolíticos de resistência e enfrentamento ao poder, com isto, o espaço das oficinas poderia funcionar como um território grupal em que as mulheres fossem ouvidas e ouvissem histórias, experiências, situações diversas sobre o ser mulher na atualidade. Neste espaço grupal, é possível construir vínculos, redes de apoio e relações potentes para a criação coletiva de estratégias para lidar com sofrimentos, situações de violência, discriminação e subalternidade no cotidiano. Com base no comprometimento com a redução das inequidades sociais, processos discriminatórios e ampliação do acesso às condições de vida, ações voltadas às questões de gênero passam a se fazer necessárias e essenciais.

Para a criação do grupo, em primeiro momento, foi realizado um processo de divulgação do primeiro encontro. Para isto, considerou-se a territorialidade no desenvolvimento de ações no âmbito das políticas socioassistenciais e a divulgação se deu em conjunto com as políticas de Saúde. Pregamos cartazes com informações sobre o grupo no mural de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) do território de abrangência do CRAS. Foi realizada uma sensibilização com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de Unidades do território para que divulgassem em suas visitas domiciliares os encontros. Articular ações da Assistência Social com a Saúde fortalece a lógica intersetorial das ações no âmbito das políticas públicas. A intersetorialidade está atrelada à noção de território, conforme explica Romagnoli (2016), e, aqui, toma-se território não apenas como espaço geográfico, mas em sua espessura existencial, considerando conexões e fluxos entre subjetividades, relações e vínculos. O território, conforme entende Deleuze e Parnet (1998) é

fluido, atravessado por linhas heterogêneas que constituem e desfazem relações, portanto, vivo e em constante transformação.

Posteriormente, os grupos tiveram início em uma das salas do CRAS Vila Nasser. As oficinas PAIF devem seguir alguns critérios: composição de 07 a 15 participantes e duração de uma a duas horas. Os demais aspectos relacionados à frequência, público-alvo, temática e modalidade das atividades propostas possuem maior flexibilidade. As oficinas devem funcionar como ações planejadas, focalizando em demandas identificadas no território, que produzem impactos no campo social, fortalecendo a função protetiva da comunidade (BRASIL, 2008). Os encontros aconteceram semanalmente, com duração de 02 horas, no período de 04 meses e contavam com a presença de 15 mulheres. O grupo era aberto, considerando o limite de participantes, portanto, se algumas deixavam de acompanhar o grupo, outras mulheres eram convidadas a participar.

O objetivo era criar um espaço de reflexão, discussão e compartilhamento coletivo de experiências e vivências característicos da posição da mulher na atualidade, de modo a acolher os sofrimentos em sua dimensão social e política. Apoiou-se em certo olhar do que seria um grupo, vendo-o como um dispositivo, portanto, não como unidade coesa e dotada de identidade homogênea, mas como um todo que possui camadas, linhas, atravessamentos e diferenças, como discute Barros (2009), ancorando-se em uma perspectiva Institucionalista.<sup>2</sup> Desta forma, não se toma o grupo como objeto dado a priori, no qual técnicas psicológicas se inscreveriam e produziriam efeitos mais ou menos desejados, mas o coletivo do grupo é tomado como plano de produção, diferenciação e experimentação.

No espaço grupal é possível a emergência de novas formas de existir, alargando a potência dos corpos, através de novas afecções (TEIXEIRA, 2005). Isto significa que o espaço grupal das oficinas era atravessado pela política e ali, podem se criar novas formas de enfrentamento à realidade social. Este enfrentamento da realidade social é possível através da dimensão ética e estética da existência, que permite aos sujeitos negociarem com a realidade

através de práticas de liberdade (FOUCAULT, 2002). Como descreve Teixeira (2003), apoiando-se na filosofia de Espinoza, a vida ética tem início quando produzimos ideias e atos conectados aos afectos aumentativos de nossa potência, para além de um esforço racional sobre o si mesmo, mas em uma "luta passional", na qual signos e afectos interagem e ampliam nossa existência no mundo. Deleuze (2002) entende que a teoria da Substância Única de Espinoza oferece condições para pensar a constituição de um plano ético nas relações entre diferentes corpos, sujeitos, ideias e matérias. Um plano de imanência é como um espaço povoado por afectos é elástico, ético, coletivo, funciona por uma rede de conexões intensivas entre os sujeitos que nele habitam. Sua função é selecionar problemas, movimentar o pensamento de maneiras diversas, transversalizar ideias diferentes para produzir composições inéditas entre sujeitos que diferem entre si em sua singularidade. Isto pois a potência de um corpo também se refere às relações estabelecidas com a exterioridade, o modo como um corpo se compõe com outro e o que se produz neste interstício (DELEUZE, 2002). Neste plano, os afectos seriam a condição para o pensamento fazer variar a potência do corpo, produzindo composições até a pouco impensadas, para além do dualismo psicofísico entre mente e corpo.

Deste modo, no âmbito das práticas a serem desenvolvidas no espaço grupal com as mulheres, apostou-se na criação de um plano de imanência, ético, em que fosse possível, através de afectões alegres movimentar o pensamento, contribuindo para a variação da potência dos corpos de modo a alargar as possibilidades de pensar, agir e ser. Promover questionamentos em relação à performance do gênero feminino na sociedade, condição da mulher, estereótipos de gênero, violência de doméstica, entre outras temáticas, no interior de um espaço grupal contribui para a ampliação da consciência crítica das mulheres, com ênfase em seu protagonismo e luta micropolítica nos territórios. Essa proposta para o grupo se avizinha ao que traz as Políticas que regulamentam os serviços do PAIF, em estimular a autonomia e participação dos sujeitos nas ações voltadas ao coletivo, rompendo com lógicas tutelares que costumam fazerem-se presente no

desenvolvimento de espaços de convivência e fortalecimento de vínculo (BRASIL, 2012).

Assim, buscou-se oferecer voz para expressão dos efeitos da subalternidade em suas experiências e vivências, contribuindo para que a transformação social se dê de forma micropolítica no espaço grupal. Os encontros realizados com as mulheres da comunidade objetivaram criar condições para a "problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas" (BRASIL, 2012, p. 24). Nesse sentido, é importante destacar que a operacionalização das práticas psicológicas, aqui, não se volta exclusivamente aos processos intrapsíquicos de sujeitos tomados como abstratos e universais, mas objetiva em um exercício clínico ampliado e imanente com a política operacionalizar práticas grupais que considerem os diferentes agenciamentos coletivos de enunciação que produzem aqueles sujeitos.

### **Produção do espaço grupal e seus efeitos**

No primeiro encontro com o grupo, nos reunimos em círculo e apresentamos a proposta daquele espaço coletivo. Neste dia, foi sugerida uma espécie de dinâmica sobre estereótipos de gênero, com objetivo de instiga-las a pensar sobre relações entre homem e mulher na sociedade, tendo em vista o modo como esta dicotomia opera através de instituições no cotidiano, produzindo subjetividades. Colamos duas cartolinas na parede. Em uma estava escrito: "Mulher é..." e na outra "Homem é...". Propusemos que elas completassem aquelas frases com adjetivos associados à mulher e ao homem. Os adjetivos expressos foram anotados na cartolina. Ao final da dinâmica o que estava registrado na cartolina para Mulher era: inteligente, precisa de amor, precisa de carinho, honesta, sincera, forte, guerreira. Os adjetivos que apareceram para o Homem foram: agressivo, violento, mentiroso, traidor. Estes adjetivos expressam certo modo de relação entre os gêneros e a forma como as mulheres se percebem e percebem os homens enquanto categoria identitária.



Durante a atividade, enquanto citavam os adjetivos, também discutiam sobre eles. Discutiam as razões para acharem os homens violentos, agressivos, o porquê de dizerem que as mulheres precisam de amor. Iam relatando histórias de violência doméstica, abuso sexual, agressões físicas, verbais e situações de sofrimento diversas. Maridos que não as deixavam sair de casa à noite. Homens que abusaram sexualmente de suas filhas. Companheiros que as agrediriam fisicamente. Situações que produziram sofrimento intenso em suas vidas. Desta forma, a atividade funcionou como um disparador para incitar reflexões sobre questões de gênero, sobretudo no que se refere à dicotomia masculino\feminino e os diferentes modos de apreensão destes sujeitos. No espaço coletivo, puderam discutir sobre como essas marcas identitárias entre homens e mulheres criam condições para violências cotidianas.

Nos encontros seguintes, não propusemos atividades ou dinâmicas a priori, assim, os encontros se desdobravam a partir das narrativas, experiências e histórias trazidas por aquelas mulheres no coletivo, tal qual a proposta da oficina, em funcionar como espaço de construção autônoma delas, com suas reflexões, opiniões e ideias. Portanto, os encontros se orientavam pelo que as mulheres traziam para a experiência grupal coletiva, que se referiam à diferentes formas de violência: de gênero, doméstica, institucional. Estas temáticas também faziam parte do repertório de reflexão das terapeutas, cujo a postura no grupo era de funcionar como intercessoras. Para Deleuze (2013) o intercessor é responsável por afetar o pensamento, instigar problemáticas e permitir que haja mobilidade e invenção de formas de pensar e se relacionar. É por meio dele que fissuras ocorrem naquilo que está dado e o pensamento encontra novos canais de efetuação da existência. Um intercessor pode ser uma ideia, um texto, um rio e neste espaço, fomos nós, terapeutas, que através de práticas psicológicas propomos relações transversais. Transversais, pois não está em jogo propor um modo de pensar e se relacionar hierárquico, mas justamente de inventá-los no coletivo, produzindo formas de pensar a partir daquilo que emerge nos encontros entre

diferentes corpos, assim, concebemos as participantes como protagonistas de suas vidas.

Através de uma escuta clínica, foi possível considerar que as mulheres processavam entre si agenciamentos coletivos de enunciação (DELEUZE; PARNET, 1998). Isto significa que seus sofrimentos são situados em determinado território existencial, de uma sociedade atravessada por lógicas machistas, patriarcais e pautada na diferença sexual como forma de regular e gerir as relações entre os gêneros. O grupo era marcado por relatos de experiências de abuso sexual, violência doméstica, humilhações, sofrimentos e angústias que se tornaram possíveis mediante contingências histórico-sociais, que criam condições de possibilidade para a subalternização do corpo feminino. Os encontros também eram marcados por afeto e cuidado entre elas, que através da escuta se mobilizavam com as histórias, narrativas, silêncios, choros, sensações. Começaram a processar entre si fluxos de cuidado, que se davam através de palavras de suporte, abraços, afetos e relações de amizade que se estenderam para além do espaço do CRAS. Ouvir o outro também produz experiências em relação ao próprio sofrimento, ampliando as conexões que se faz com a experiência de sofrer e os usos que se dá a este sofrimento.

Uma das questões que chamaram atenção se refere ao modo como as mulheres expressam sobrecarga, cansaço e exaustão, face as cobranças sofridas em seu cotidiano. Cuidar bem dos filhos e da casa eram as exigências que mais pesavam em seu dia-a-dia. Cobranças advindas de familiares, amigos, conhecidos e delas próprias, que se subjetivavam a partir destas exigências e começavam a exigir de si comportamentos ideais e adequados. Assim, percebe-se que a mulher se produz a partir do olhar do outro, com isto, é importante ressaltar o papel das políticas socioassistenciais em auxiliar a desvincular da mulher algumas imagens, como de única responsável pelo cuidado doméstico, familiar, conjugal e também de corpo subalterno em relação ao masculino, de modo a fortalecer a proteção social e atenção às necessidades sociais.

Algumas participantes traziam situações em que cometeram atos que consideravam errados ou precários para sua família, em relação aos quais sentia culpa. Assim, vale ressaltar que naquele espaço não estava em jogo julgar condutas e relação que as mulheres estabelecem com os filhos ou familiares, mas auxilia-las a se pensar nesta relação, através do suporte grupal. Isto se refere ao uso de uma escuta clínica, que na relação com o outro que chega com suas necessidades, sofrimentos e angústias, seja capaz de considerar os modos através dos quais a vida se efetua e cria estratégias para lidar com aquelas necessidades, orientando-se pela produção de autonomia, assim, adota-se uma postura ética em "sustentar a vida em seu movimento de expansão" (ROLNIK, 2014, p. 70).

Também, destaca-se a não passividade das mulheres diante da realidade social que enfrentam. Algumas diziam que não aceitavam violência por parte dos conjugues, companheiros ou namorados, o que auxiliava outras mulheres em pensar sobre a possibilidade de não aceitar violências cotidianas. A aversão ao machismo se expressava em diferentes níveis no grupo, mas de modo geral, narravam ter clareza de que vivemos em uma sociedade machista e que os homens acreditam que podem agir de forma *violenta, mandona, agressiva*, porque foram criados desta maneira. O machismo não era naturalizado entre aquelas mulheres, o que enfatizavam era a dificuldade de lidar com ele e suas formas de manifestação cotidiana.

Uma delas, L., nos primeiros encontros demonstrava grande tristeza e trouxe para o coletivo relato de uma situação de violência sexual, que sofreu por um homem que prestou serviços em sua residência. Relatou violações institucionais no momento de buscar mecanismos de proteção à mulher para denunciar a violação. Relatou exclusões que passou a sofrer por parte de sua família, que a culpabilizou pelo abuso. Relatou o modo como seu casamento foi desmoronando, ao passo que não recebeu suporte e apoio de seu conjugue, e também porque, o sofrimento intenso que vivenciou deixou marcas em sua subjetividade, registrando afetos tristes e fragilizando sua potência de pensar e ser no mundo. Após algumas semanas, começou a narrar situações

cotidianas em que conseguia se impor dentro de casa e com pessoas em seu dia-a-dia e, algum tempo depois relatou que havia pedido divórcio do marido, o que desejava fazer há cerca de 02 anos, porém, não conseguia forças para se desfazer daquela relação. Assim, no espaço grupal coletivo, através de troca de ideias, pensamentos e afetações, foi possível que ela se pensasse de outro modo e descobrisse uma dimensão autônoma da existência, o que fez com que pudesse escolher novas maneiras de viver, transformando seu cotidiano. L., também havia entrado a pouco tempo em uma Universidade, para cursar Serviço Social, e estava descobrindo maneiras de viver, experimentando seus sofrimentos de outro modo, potencializando e produzindo vida.

Para ela, os encontros funcionaram como espaço de compartilhar sofrimentos e receber apoio. Apoio coletivo capaz de sustentar seus movimentos de expansão, com novas conquistas e alargamento da autonomia. Pensar na forma como o coletivo processa entre si fluxos de cuidado e trocas é importante para que a Psicologia se abra aos saberes locais, de modo a considerar aquilo que o grupo produz, suas verdades, suas estratégias de negociação com a realidade que enfrenta. Isto visando romper com ações voltadas à regulação de modalidades de existência, em que há um saber a ser transmitido para mulheres ou propostas fechadas de reflexões. Na proteção socioassistencial isto se torna ímpar, ao passo que se objetiva potencializar estratégias coletivas de enfrentamento às vulnerabilidades diversas (BRASIL, 2008). Isto significa dizer que a partir de outra produção subjetiva dessas mulheres, criam-se práticas de liberdade na dimensão micropolítica da existência, o que auxilia a produzir novos discursos e modos de pensar na categoria feminina, além disso, contribui para que elas vejam que não estão sozinhas e que existem outras possibilidades do viver. Deste modo, estava em jogo criar condições para que no coletivo aquelas mulheres pudessem criar modos autônomos de se relacionar com o mundo. O saber nasce do coletivo e a Psicologia, aqui, pensa *com* a vida e não *sobre* a vida.

### **Considerações finais**

As oficinas realizadas contribuíram para a produção de outros modos de experimentação de sofrimentos relacionados à experiência de ser mulher. Buscou-se atuar com o público feminino de modo a escapar às estratégias de regulação desta população, em um espaço alheio aos modelos ideais de mulher, expressos em regimes de veridicção no campo social, mas no qual compartilhassem questões que as afetam e o modo como estes regimes produzem certas relações com a vida. Face as estratégias biopolíticas de gestão do corpo feminino, a Psicologia deve pensar modalidades de atuação com mulheres que escapem à regulação e se voltem à potencialização de suas formas de existência. As ações socioassistenciais direcionadas às mulheres também incluem estratégias coletivas de promoção de autonomia diante de seus sofrimentos. Isto implica pensar que se há sofrimento relacionado às questões de gênero, ele deve ser pensado no território, com seus atravessamentos sociais, políticos e econômicos.

Nos encontros foi possível produzir relações de amizade, troca, afeto e partilha, que auxiliaram a incitar pensamentos, ideias e opiniões coletivas, contribuindo para novas relações das mulheres com os sofrimentos relacionados às questões de gênero. Portanto, promover espaços de discussão, questionamentos e afetações acerca da condição feminina na sociedade contribui para ampliação da consciência crítica das mulheres, com ênfase em seu protagonismo e ação micropolítica nos territórios. Espaços coletivos como este são ferramentas para pensar de outras formas, considerando possibilidades de duvidar de enunciados que sustentam a gestão das subjetividades femininas no presente, assim, considerar a posição da mulher em nossa sociedade nas práticas psicológicas é um exercício que contribui para o fortalecimento do compromisso ético-político da Psicologia com a vida, sobretudo no campo da proteção social básica. Com isto, se aposta politicamente, na criação de outras relações possíveis com o feminino.

## **Referências**

BARROS, Regina Benevides. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Coleção cartografias. 3ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

- BENEVIDES, Regina Benevides. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 2, 2005.
- BERNARDES, Anita; HILLESHEIM, Betina. Insistência em minorar: reflexões sobre políticas públicas e saúde. *Avances em Psicologia Latinoamericana*, v. 30, n. 2, p. 369-380. 2012.
- BRASIL. *Política nacional de assistência social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. *SUAS: configurando os eixos de mudança*. Universidade Católica de São Paulo. 1º ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Orientações técnicas sobre o PAIF*. Vol. 2. Trabalho social com famílias do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2012.
- CAMPO GRANDE. *Política Municipal de Assistência Social*. Secretaria Municipal de Políticas e Ações Sociais e Cidadania. Brasil: Campo Grande, 2012.
- CARLOTO, Cassia.; MARIANO, Silvia. A família e o foco nas mulheres na Política de Assistência Social. *Sociedade em debate*, v. 14, n. 2, p. 153-168, 2008.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Clare. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Espinoza: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DETONI, Priscila.; MACHADO, Paula.; NARDI, Henrique. “Em nome da mãe”: performatividade e feminizações em um CRAS. *Revista Estudos Feministas*. v. 26, n. 1, 2018.
- FOUCAULT, Michel. Política de saúde no século XIV. IN: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. Uma estética da existência. IN: MOTTA, M. (Org). *Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política*. 3º ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*. 2015. Acesso em 23 de fev 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/ acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif> Acesso em: 12 março 2018.
- ROMAGNOLI, Roberta. Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 151-161. 2016.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2ª ed, Porto Alegre: Sulina, 2014.

SÁTYRO, Natália.; CUNHA, Eleonora; CAMPOS, Járvis. Análise espacial da burocracia da assistência social nos municípios brasileiros: notas para uma reflexão sobre a capacidade de implementação dessa política. *Opinião Pública*, v. 22, n. 2, p. 286-298. 2016.

SCISCLESKI, Andrea; GONÇALVEZ, Hebe.; CRUZ, Lilian. As práticas da Psicologia nas políticas públicas de assistência social: segurança pública e juventude. *Revista de Ciências Humanas*, v. 49, n. 2, p. 60-74. 2015.

TEIXEIRA, Ricardo. A Grande Saúde: uma introdução à medicina do Corpo sem Órgãos. *Interface*. v. 8, n. 14, p. 35-72. 2004.

TEIXEIRA, Ricardo. As dimensões da produção do comum e a saúde. *Saúde Soc.* v. 4, n. 1, p. 27-43. 2005.

YAMAMOTO, Oswaldo.; OLIVEIRA, Isabel. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 26, n. especial, p. 9-24. 2010.

Recebido em dez de 2019.  
Aprovado em dez de 2021.